



Evento	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2013
Local	Porto Alegre - RS
Título	Regularização fundiária e direito à moradia: as Áreas Especiais de Interesse Social em Porto Alegre
Autor	SABRINA DA SILVA ENDRES
Orientador	MARIO LEAL LAHORGUE

A presente pesquisa tem como objetivos: localizar as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) no território da cidade de Porto Alegre e analisar a eficácia deste instrumento urbanístico no acesso ao solo urbano e à cidade formal pela população de baixa renda. As AEIS foram criadas em Porto Alegre pela Lei Complementar nº 388 em 12/01/1995 e hoje formalizadas pelos artigos 76, 77 e 78 da Lei Complementar 434 de 1999 que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) e implementadas a nível nacional pela Lei Federal 10.257 de 2001 conhecida como Estatuto da Cidade (onde estas áreas são denominadas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS). Este instrumento tem como objetivo demarcar áreas ocupadas por populações de baixa renda com moradias autoproduzidas ou pertencentes a loteamentos clandestinos ou irregulares, com a intenção de incluí-los a cidade legal, dotada de infraestrutura; ou demarcar vazios urbanos criando assim áreas específicas destinadas à habitação de interesse social para reduzir o déficit habitacional de cada município. A implementação das AEIS é um primeiro passo para a regularização destas áreas de ocupação que quase sempre não obedecem às normas urbanísticas. Os objetivos que norteiam esta pesquisa tentam responder à perguntas como: quais foram as mudanças causadas pelas AEIS na cidade Porto Alegre nestes mais de 18 anos de existência do instrumento? Há avanço na qualidade de vida das comunidades que tiveram áreas demarcadas como AEIS? Visto que o objetivo do projeto não se refere apenas a onde estas áreas estão localizadas, mas também quando este instrumento foi implantado em cada local, metodologicamente há a necessidade de tanto *mapear* as áreas quanto organizar o levantamento destas demarcações em *ordem cronológica*, para que consigamos investigar as mudanças que ocorreram tanto na área do gravame, quanto na região onde as AEIS foram e vem sendo estabelecidas. Para chegar a este resultado a pesquisa foi organizada em três etapas que consiste: 1) no levantamento de dados referente à população de Porto Alegre, localização e data de instituição das AEIS diferenciando-as por sua modalidade (cada AEIS atualmente pode receber a classificação I, II, III e IV); 2) pesquisa de campo para análise da situação destas áreas, além de entrevistas com moradores e histórico para compreender o contexto que surgiu a demanda para a criação de uma AEIS no local; 3) análise de diagnóstico dos dados coletados e das políticas públicas referente às AEIS no município. Devido à inexistência de um cadastro único na Prefeitura de Porto Alegre sobre as AEIS, a pesquisa até o momento está mais focada na finalização da etapa 1. Os dados estão sendo coletados pelo exame de decretos e leis municipais que instituíram ou modificaram AEIS ao longo destes 18 anos, juntamente com arquivos do setor de Geoprocessamento da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A compilação das informações está sendo realizada com a utilização do software ArcGIS. Como resultado, estão sendo produzidos mapas das AEIS por categorias, além de demarcações específicas de AEIS III (vazios urbanos) destinadas para o Programa Minha Casa Minha Vida, juntamente com planilhas contendo informações sobre todas as áreas demarcadas. Mesmo sem os dados completos, já é possível chegar à conclusão que a grande maioria das AEIS demarcadas até o momento estão localizadas nas regiões mais periféricas do município, mesmo quando se trata das primeiras demarcações realizadas ainda na década de 90. As AEIS tipo III demarcadas nos últimos anos da mesma forma tem sido instituídas em regiões afastadas de áreas centrais, inclusive em regiões com pouco acesso ao transporte público, o que acaba contrariando a função original de uma AEIS, que é a garantia de acesso ao solo urbano e o direito à cidade por parte da população de baixa renda.